

Os primeiros 400 dias de Lula III

Pedro Malan

O Brasil foi descoberto no dia 21 de abril, “dois meses depois da canaval”, dizia a marchinha que encantou foliões no carnaval de 1934. Tudo, metaforicamente, ficaria para depois da grande festa nacional. Mas não foi assim este ano, em que ações da Polícia Federal ocuparam as primeiras páginas dos jornais, iluminando a importância de elucidar os eventos que levaram ao surreal 8 de janeiro de 2023. As rodas da economia e da política tampouco deixaram de girar com Executivo e Congresso em estado de alta tensão por causa da disputa sobre fatias do Orçamento.

Foi numa virada de fevereiro para março, logo após o carnaval de exatos 30 anos atrás, que o governo de então lançou a Unidade Real de Valor (URV). Essa unidade de conta era o embrião da nova moeda, que chegaria quatro meses mais tarde sob o nome de *real* e que viria a consolidar-se – espere-mos – como a definitiva moeda nacional.

Neste início de fevereiro, o governo Lula completou seus primeiros 400 dias. Pode parecer pouco, mas o tempo da po-

lítica não é igual ao tempo cronológico. Na política, como na guerra, dias podem valer semanas; semanas, meses; meses, anos. Foi também de 400 dias, por exemplo, o período decorrido entre o momento em que o presidente Itamar Franco nomeou FHC seu (quarto) ministro da Fazenda e o lançamento do Real. Aqueles 400 dias valeram por anos.

O governo Lula parece apostar que os efeitos dos seus primeiros 400 dias também se projetarão por anos à frente e contribuirão para seu (legítimo) projeto de permanecer no poder, vencendo as eleições de 2026. Como estamos em pleno domingo de carnaval, vale lembrar outra marchinha dos carnavais de outrora, *Recordar é viver* (1955), a propósito do programa Nova Indústria Brasil, anunciado ao final de janeiro.

O programa evoca três lembranças. A primeira é uma declaração da então presidente Dilma Rousseff, dez anos atrás, a poucos meses das eleições. "Só em 2014 estão em construção ou contratados para serem construídos aqui, no Brasil, 18 plataformas, 28 sondas de perfuração e 43 navios tanque (...). Graças à política de compras da

Neste domingo de carnaval, vale lembrar a marchinha 'Recordar é viver' (1955), a propósito do programa Nova Indústria Brasil

Petrobras (...), renasceu uma indústria naval dinâmica e competitiva, que irá disputar o mercado com as maiores indústrias navais do mundo." Quem é minimamente informado sabe no que deu.

A segunda lembrança é uma imperdível entrevista concedida a este jornal (2/1/2013) por Bernardo Figueiredo, por mui-

tos anos braço direito de Dilma Rousseff para assuntos de infraestrutura. “Se a gente pegar os planos nacionais de logística de transporte e de logística portuária e outros estudos do governo, teremos de investir perto de R\$ 400 bilhões em cinco anos. Vamos dizer que tenho de investir outros R\$ 20 bilhões por ano para não gerar novo passivo e ser preventivo. Então, a necessidade de investimento seria de R\$ 100 bilhões por ano. Resolvendo isso, posso dizer que em cinco anos não teríamos mais problemas de infraestrutura.”

A terceira lembrança é também de uma entrevista – ainda mais imperdível, porque reveladora do pensamento de Lula sobre a arte de governar (*Valor Econômico*, 17/9/2009). “Tenho cobrado sistematicamente da Vale a construção de siderúrgicas no País. A Vale não pode se dar ao luxo de exportar apenas minério de ferro.” “Convoquei o Conselho da Petrobras para dizer: olha, este é um momento em que não se pode recuar. Que a Petrobras construa refinarias, estimule a construção de estaleiros (...). Este é o papel do governo.” “Não conheço ninguém que tenha a capacidade gerencial da Dillma.”

A julgar pelos primeiros 400 dias de Lula III, o pensamento de 15 anos atrás perdura. “Se der superávit zero, ótimo, se não der, ótimo também” (8/2/2024). O País está sendo informado de que haverá simultaneamente um plano trienal de ação (2024-2026) e um Plano de Aceleração do Crescimento (novo PAC). Em ambos há referências a *metas*

aspiracionais cujo horizonte estende-se até um ponto não especificado nos anos 30.

Quando, como é nosso caso, o Estado já se sobrecarrega de obrigações que testam os limites de sua capacidade – de tributar, de gastar, de se endividar, de reformar, de gerir e de investir –, a realidade impõe, pelo lado da oferta doméstica, restrições à ambiciosos processos de expansão. Exige claras definições de prioridades. Porque, ao dispersar demais suas atividades, o Estado fica mais suscetível a ceder a interesses isolados, a persistir em promessas que não pode cumprir. A assumir metas e objetivos inalcançáveis, que redundam em dívidas por equacionar. Principalmente quando receitas não recorrentes são utilizadas para financiar gastos que se tornam permanentes – crescentes –, como vimos em experiências recentes.

Ao longo dos próximos três anos será fundamental, de maneira clara e crível, sinalizar para agentes econômicos que existe um sistema de regras de responsabilidade fiscal que represente compromisso firme em assegurar a sustentabilidade da trajetória de finanças públicas do País. Como temos nos regido, o sistema monetário e cambial e como ainda nos falta na área fiscal, a despeito dos esforços do ministro Fernando Haddad, contra intenso fogo amigo. Por que uma política fiscal insustentável pode impedir o desenvolvimento econômico e social sustentado no longo prazo. ●

ECONOMISTA, FOI MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO FHC. E-MAIL: MALAN@ESTADAO.COM

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • E-mail: forum@estadao.com.br

Tentativa de golpe

As lições reveladas

Os eventos da tentativa de golpe de Estado revelaram lições. A primeira é de que o eleitor brasileiro permanece despreparado em suas escolhas eleitorais, não percebendo as reais intenções dos escolhidos e se deixando envolver na emoção dosismos (getulismo, petismo, bolsonarismo). Nem sequer percebe que financia partidos que usurpam quantias bilionárias do Orçamento público, de forma maliciosamente institucional ou pela corrupção, e estas são aplicadas de forma obscura no financiamento de projetos de poder dos eleitos. A segunda lição é de que em um processo democrático meia-boca, como o nosso, é exuberante no discurso e sombrio nos resultados, disfarçando um domínio do Estado por poucos, que, inclusive, levam ao poder indivíduos fantasiados de democratas, porém tiranos na essência. A terceira lição é de que o modelo parti-

dário eleitoral que vigia no Brasil é disfuncional e presta-se unicamente para o esbulho de nossa representatividade por gestores e parlamentares que estão colapsando o Estado brasileiro. Que essas lições sirvam para despertar à realidade todos os eleitores e assegurar um futuro, hoje incerto, aos nossos descendentes.

Honyldo Roberto Pereira Pinto
honyldo@gmail.com
Ribeirão Preto

'Minoria' espressiva

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), relativiza ao afirmar que a “minoria do golpe” foi uma ação “encabeçada por uma minoria irresponsável”. Pode, mesmo, ser numericamente uma minoria, quando comparada à população brasileira, mas é significativamente expressiva quando essa “minoria” era constituída de toda a cúpula do Poder Executivo federal e apoiada por muitos militares.

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim

Conspiração

As pessoas sensatas deveriam ficar horrorizadas, pois os detalhes sobre a tentativa de golpe de Estado foram fornecidos por ninguém menos que Mauro Cid, ex-adjunto de ordens de Jair Bolsonaro. Minutas, gravações de reuniões e conversas pelo celular indicam que Bolsonaro e outros militares sabiam da conspiração e não tomaram providências, o que é considerado, no mínimo, crime de prevaricação. Para quem continua apoiando Bolsonaro e o bolsonarismo, recomendo assistir a vídeos sobre os *anos de chumbo* do regime militar.

Omar El Seoud
o.usp@gmail.com
São Paulo

Carnaval da desesperança

Nas sexta-feira pré-carnaval o Brasil acordou já meio de ressaca, ainda sem uma gota de álcool no corpo. O acerto de contas político e jurídico que vem sendo noticiado envolve gravações, achques, ameaças e massa de manobra cega, que *pagou o pato*. Um mi-

nistro onipotente vai arregaçando o quanto pode, sem freios ou entraves, com uma Polícia Federal que segue as ordens. Tudo no Brasilé "gravíssimo", mas os derrotados facilmente renascem das cinzas e voltam ao poder, com a anuência de um Judiciário contaminado pela política. O fato certo é que o Congresso, vendendo, afaga o trono e detona a *bola da vez*, para inverter tudo na hora propícia. A palavra justa também foi contaminada. É o carnaval da desesperança.

Elisabeth Migliavacca
São Paulo

Aposentadorias

Reajuste

Gostaria de expressar minha profunda preocupação em relação ao recente reajuste dos aposentados. É alarmante observar que, enquanto aqueles que recebem até um salário mínimo terão um aumento de 6,97%, os demais serão contemplados com apenas 3,71%, mesmo diante da inflação (IPCA) de 4,65%. Essa disparida-

de levanta questões sérias sobre a política de reajuste adotada. Se continuarmos neste caminho, é inevitável que, em alguns anos todos os aposentados acabem recebendo só um salário mínimo. Será esse o objetivo? Nossos representantes legislativos, tão dedicados a suas próprias causas, não poderiam destinar mais tempo e esforço para assegurar um tratamento digno aos aposentados? E, também, válido questionar se nosso presidente, que frequentemente se apresenta como defensor do povo, considera os aposentados parte deste mesmo povo. É desolador pensar que aqueles que dedicaram anos de sua vida ao trabalho e contribuíram para o desenvolvimento de nossa nação estejam sendo negligenciados dessa forma. É hora de nossos líderes repensarem suas prioridades e agirem com justiça em relação aos aposentados, garantindo-lhes a dignidade e o respeito que merecem.

Marcelo de Castro Paes
mcastropaes@terra.com.br
São Paulo